



**ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA PROF.^a THEREZINHA RUIZ**

PROJETO DE LEI Nº 159/ 2013

DISPÕE sobre a inclusão de quadras poliesportivas nos projetos de construção de escolas públicas e dá outras providências.

Art.1º. Os projetos e as construções de Escolas Públicas do Município de Manaus incluirão, necessariamente, quadras poliesportivas.

Parágrafo Único Caberá à Secretaria Municipal de Educação o controle e a fiscalização do disposto nesta Lei.

Art.2º. O Conselho Municipal de Educação apenas concederá autorização para funcionamento de estabelecimento de ensino se cumprido o disposto nesta Lei.

Art.3º. No caso de necessidade de a escola funcionar em prédio locado observar-se-á como condição para contratação com o Poder Público Municipal a presença de quadra poliesportiva no imóvel.

§1º. Os proprietários de prédios que se encontram atualmente locados para a Prefeitura terão que se adequar ao exigido nesta Lei para possível renovação do contrato com o Poder Público Municipal.

§2º Garantir-se-á o prazo de 01 (um) ano aos proprietários de prédios locados para a Prefeitura de Manaus se adequarem ao exigido nesta Lei.



**ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ**

Art.4º. As Escolas Públicas Municipais já em funcionamento, na área urbana e rural do Município de Manaus, que não possuem quadras poliesportivas deverão passar por obras para construí-las.

Parágrafo único A Prefeitura Municipal de Manaus terá o prazo de 02 (dois) anos para se adequar à exigência deste artigo.

Art.5º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação, após o que esta lei entrará em vigor.

Art. 6º. Esta lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 23 de abril de 2013.

PROFª. THEREZINHA RUIZ
Vereadora – DEM



**ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ**

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei respeita a competência legislativa deste Município, nos termos do artigo 30 incisos I e II da Constituição da República, artigo 125 incisos I e II da Constituição do Estado do Amazonas, e artigo 8º incisos I e II da Lei Orgânica do Município de Manaus. Inclusive, a matéria ventilada neste projeto de lei é de competência comum entre a União, Estado-membro e Município, no que tange a proporcionar meios de acesso à educação, no caso esportivo (art.23, inciso V, da CR/88).

O direito à educação não se confunde com o direito à matrícula em um estabelecimento de ensino, à frequência escolar. Além do acesso é necessário garantir os meios para que o processo de ensino aprendizagem se concretize na relação entre o aluno, a escola e seus pares. A importância das práticas esportivas, das atividades físicas e de lazer para a promoção da saúde, o aprendizado da convivência democrática, a participação social e o exercício da cidadania são incontestáveis. A inclusão social por meio da prática esportiva promove a autoestima, que influencia positivamente no processo de ensino aprendizagem do aluno.

A Constituição da República preconiza no artigo 217 que o desporto é dever do Estado e direito de cada um, onde procurou o Poder Constituinte estabelecer o compromisso do Poder Público em democratizar o acesso às atividades esportivas, claro, na certeza da importância delas na formação integral das



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ

crianças, adolescentes e jovens, por exemplo. Não obstante, a legislação infraconstitucional também se preocupou com a concretização do preceito constitucional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 26 e § 3º, com redação dada pela Lei 10.793/03, incluiu a educação física como componente curricular obrigatório da educação básica, bem como no artigo 27, inciso IV, estabelece a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais como diretriz para o conteúdo curricular.

Aqui, passa-se a questionar como ensinar educação física, não se restringindo apenas à teoria e passando à prática, sem uma quadra poliesportiva? Como promover o desporto educacional e apoio à prática do desporto não-formal, ou ainda formal, como estabelece a Carta Política, nas escolas sem uma quadra poliesportiva? Impossível concretizar tal diretriz na sua plenitude sem essa ferramenta indispensável, a quadra poliesportiva. Além do mais, a quadra poliesportiva é um estímulo para a permanência do aluno após o horário escolar no ambiente salutar da escola, afastando-o assim da ociosidade e da marginalidade, cumprindo, em parte, a ampliação progressiva do período de permanência na escola (art. 34, LDB).

Apesar da determinação constitucional e da diretriz estabelecida pela lei geral (federal), de acordo com o Censo Escolar 2000, apenas 51% dos alunos do ensino fundamental estudavam em estabelecimentos de ensino com quadra de esportes. Realidade que não mudou muito desde então, infelizmente. Pois bem, o Censo Escolar de 2000 mostrou ainda que no caso das escolas de ensino fundamental apenas 19% (34,7 mil) possuem quadra.

Como é do conhecimento dos meus pares, os dados de matrícula do Censo Escolar são, ainda, a base de referência para a definição dos coeficientes de



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ

distribuição do FUNDEB, que leva em consideração o número de alunos matriculados (art. 8º, Lei 11.494/2007). Daí a necessidade de melhorarmos os nossos indicadores em todos os sentidos, no que o Poder Legislativo poderá contribuir de forma decisiva para isso com a tomada de medidas, como por exemplo, a aprovação deste Projeto.

De se ver, ainda, que esta proposição é coerente com o Plano Nacional de Educação, Lei n.º 0.172/01, pois as metas de números 4 e 5 estabelecidas para o ensino fundamental (1.3 Objetivos e Metas) determinam a elaboração de padrões mínimos nacionais de infraestrutura que incluam espaços para esporte e recreação; e a autorização para construção e funcionamento apenas a escolas que atendam a esses requisitos.

Assim, o Poder Legislativo aprovando este Projeto de Lei, juntamente com a sanção do Chefe do Poder Executivo, tornando-o lei, estarão, em clara análise, cumprindo o preceito constitucional e legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação. Por todo o exposto e na certeza do cumprimento do dever desta Augusta Casa Legislativa, peço a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário Adriano Jorge, 23 de abril de 2013.

PROFª. THEREZINHA RUIZ
Vereadora – DEM